



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

32º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2014 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) De acordo com a doutrina brasileira, a mutação constitucional:

- a) é a recepção, pela nova ordem constitucional, de normas da Constituição anterior com ela compatíveis, que passam a valer como normas ordinárias.
- b) é um mecanismo que permite a transformação do sentido e do alcance de normas da Constituição, sem que se opere, no entanto, qualquer modificação do seu texto.
- c) é a restauração da eficácia de uma norma constitucional que havia perdido vigência com o advento de uma nova Constituição.
- d) pode decorrer da interpretação realizada por órgãos administrativos e jurisdicionais, da legislação infraconstitucional e do costume, não tendo como limite as possibilidades semânticas do texto da Constituição.
- e) não é admitida no Brasil, por não estar prevista na Constituição de 1988.

2) Considerando-se as lições da chamada "doutrina brasileira da efetividade", reconhecer a força normativa da Constituição significa:

- a) serem as normas constitucionais fontes de direitos e obrigações, desde que tenha havido intermediação legislativa.
- b) encará-la como um documento essencialmente político, que traz um convite à atuação dos Poderes Públicos.
- c) alçar os princípios e regras constitucionais ao patamar mais elevado do sistema jurídico, impedindo que sofram restrição por normas infraconstitucionais.
- d) tornar as normas constitucionais aplicáveis direta e imediatamente, na extensão máxima de sua densidade normativa.
- e) trazer para a Carta Constitucional matérias relativas a todos os ramos do Direito e, assim, transformá-la no filtro através do qual se deve ler todo o ordenamento jurídico.

3) Segundo a doutrina, NÃO caracteriza o chamado "ativismo judicial":

- a) a aplicação direta da Constituição a situações não expressamente contempladas em seu texto e independentemente de manifestação do legislador ordinário.
- b) a declaração de inconstitucionalidade de leis com base em critérios menos rígidos que os de flagrante e ostensiva violação da Constituição.
- c) o abandono dos elementos ou métodos tradicionais de interpretação constitucional (gramatical, histórico, sistemático e teleológico).
- d) a imposição de condutas ou de abstenções ao Poder Público, em caso de inércia do legislador ou de políticas públicas insuficientes.
- e) uma participação mais ampla do Judiciário na concretização das normas constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros Poderes.

4) De acordo com a Constituição de 1988, NÃO compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) desapropriação.
- b) previdência social, proteção e defesa da saúde.
- c) procedimentos em matéria processual.
- d) produção e consumo.
- e) direito tributário e financeiro.

5) Sobre os efeitos das decisões na ação direta de inconstitucionalidade, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a decisão definitiva de mérito proferida pelo Supremo Tribunal Federal tem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- b) poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- c) a concessão da medida cautelar produz efeito repristinatório, tornando aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.
- d) não é preciso haver manifestação do Senado Federal para que a decisão definitiva de mérito tenha eficácia contra todos.
- e) a medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex tunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia prospectiva.

6) Acerca do direito fundamental à liberdade de informação e de expressão, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a liberdade de informação é tutelada para fins de divulgação de fatos reais, mesmo quando se revelarem desagradáveis ou penosos para determinado(s) indivíduo(s).
- b) com base na proteção constitucional dada ao direito à liberdade de expressão, o Supremo Tribunal Federal declarou a não recepção total da Lei de Imprensa pela Constituição de 1988.
- c) é frequente a colisão entre, de um lado, o direito à liberdade de expressão e, de outro, o direito à intimidade e à vida privada, sendo parâmetros válidos para a ponderação o local do fato - se público ou particular - e a existência ou não de interesse público na sua divulgação.
- d) o uso de palavras belicosas - *fighting words* - ou obscenas, que tenham a intenção de provocar uma reação violenta ou ofender a quem são dirigidas, está excluído do âmbito de proteção da liberdade de expressão.
- e) segundo o Supremo Tribunal Federal, os discursos de ódio se incluem no âmbito de proteção da liberdade de expressão.

7) Sobre a reparação de danos causados por agentes públicos, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) o Estado não responde por danos causados por seus agentes, nessa qualidade, a terceiros, quando resultarem da prática de um ato lícito.
- c) a responsabilidade civil do Estado por danos causados por seus agentes, nessa qualidade, a terceiros, é objetiva e tem como fundamento o princípio da repartição dos encargos sociais.
- d) o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- e) é imprescritível a pretensão de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário por ato ilícito praticado por agente público.

8) A respeito dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) a remuneração dos servidores públicos estatutários pode ser fixada por regulamento do chefe do Executivo.
- b) o princípio constitucional da publicidade permite o amplo e total acesso a todo e qualquer documento emitido pela Administração Pública;
- c) a acessibilidade aos cargos e empregos públicos por meio de concurso público emana do princípio da impessoalidade, podendo ser dispensada em alguns casos, como nas empresas estatais, na ponderação com a competitividade no mercado.
- d) o princípio da supremacia do interesse público é capaz de afastar qualquer interesse individual, quando contraposto ao interesse da maioria.
- e) os princípios constitucionais que regem a Administração Pública são aplicáveis ao Legislativo e ao Judiciário, no desempenho de suas funções atípicas.

9) A respeito da competência dos Estados, é correto afirmar que:

- a) compete aos Estados legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) cabe aos Estados explorar os serviços locais de gás canalizado.
- c) os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, as quais possuem a mesma hierarquia dos demais Entes Federados.
- d) a competência dos Tribunais de Justiça dos Estados está definida em lei federal, qual seja, o Código de Processo Civil.
- e) compete aos Estados legislar sobre direito civil, penal e processual.

10) Acerca dos princípios constitucionais de interpretação, assinale a alternativa incorreta:

- a) o princípio da supremacia da constituição eleva o texto constitucional ao topo do ordenamento jurídico, servindo de fundamento de validade para todas as demais normas.
- b) segundo o princípio da unidade da constituição, todas as normas constitucionais devem ser interpretadas de tal maneira que se evitem contradições com outras normas constitucionais.
- c) o princípio da proporcionalidade é composto por três subprincípios: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.
- d) o princípio da interpretação conforme a constituição recomenda a escolha de uma interpretação da norma legal que mantenha a harmonia com a constituição, em meio a outras possibilidades interpretativas.
- e) a interpretação conforme a constituição é um critério hermenêutico, não podendo ser utilizada como um mecanismo de controle de constitucionalidade.

11) Sobre o Sistema Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- a) o princípio da capacidade contributiva é aplicável somente aos impostos.
- b) segundo o princípio da anterioridade, é necessário que o tributo, antes de ser instituído, seja previsto no orçamento anual.
- c) a imunidade recíproca entre Entes da Federação somente se aplica ao patrimônio, sendo possível a instituição de impostos sobre rendas e serviços uns dos outros.
- d) segundo o Supremo Tribunal Federal, há apenas três espécies tributárias no Sistema Tributário Nacional: impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- e) cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

12) Acerca do regime constitucional dos parlamentares, assinale a alternativa incorreta:

- a) a imunidade material exclui a própria natureza delituosa do fato, afastando a responsabilização penal, civil ou administrativa do congressista.
- b) a imunidade material alcança as manifestações proferidas com finalidade eleitoral contra os seus adversários políticos.
- c) a imunidade formal protege o parlamentar contra a prisão, não afastando a ilicitude da conduta criminosa.
- d) admite-se a prisão do parlamentar em caso de flagrante de crime inafiançável.
- e) os deputados e senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal pela prática de crimes comuns.

13) Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa incorreta:

- a) a sanção do projeto de lei eivado de vício de iniciativa não convalida o defeito.
- b) o silêncio do chefe do Executivo implica sanção tácita.
- c) caso um projeto de lei seja aprovado com emendas na Casa revisora, o projeto retornará à Casa iniciadora para apreciação das mesmas.
- d) as regras básicas do processo legislativo previstas na Constituição Federal são de observância obrigatória no âmbito dos Estados.
- e) a medida provisória não pode ser prorrogada por mais 60 (sessenta) dias na mesma sessão legislativa.

14) Sobre o poder constituinte, é correto afirmar que:

- a) a mutação, revisão e reforma constitucionais são processos formais de mudança da constituição.
- b) o vício de iniciativa nas emendas constitucionais pode levar à sua declaração de inconstitucionalidade.
- c) a titularidade do poder constituinte originário é apontada pela doutrina como uma limitação material implícita ao poder de reforma da constituição.
- d) é inconstitucional, por ofensa à cláusula pétrea, qualquer emenda constitucional que discipline direitos fundamentais.
- e) a obrigatoriedade do voto não pode ser modificada por emenda constitucional, pois está expressamente compreendida entre as cláusulas pétreas.

15) Sobre o orçamento, assinale a alternativa incorreta:

- a) a lei orçamentária anual é uma lei ordinária de iniciativa do Executivo, razão pela qual pode conter dispositivo estranho à previsão de receita e fixação de despesa.
- b) a lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal, de investimento e da seguridade social.
- c) é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.
- d) os investimentos que ultrapassem um exercício financeiro devem ser incluídos no plano plurianual.
- e) a abertura de crédito suplementar ou especial depende de prévia autorização legislativa.

DIREITO CIVIL

16) Para validamente celebrar negócio jurídico de compra e venda, um menor de 10 anos deve:

- a) Ser substituído pelo Ministério Público.
- b) Estar assistido por seus pais.
- c) Requerer autorização ao Conselho Tutelar do seu domicílio.
- d) Ser representado por seus pais.
- e) Um menor absolutamente incapaz não pode celebrar contratos.

17) Quanto aos direitos da personalidade, marque a opção correta:

- a) Os direitos de personalidade, além de irrenunciáveis, não admitem limitações voluntárias, razão pela qual é vedado qualquer ato de disposição do próprio corpo, independente da finalidade, ainda que para depois da morte.
- b) É vedado, seja qual for a hipótese, à pessoa capaz, dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo em vida, pois a integridade física constitui direito da personalidade irrenunciável.
- c) É possível que a utilização não autorizada da imagem de uma pessoa por terceiro não gere direito à indenização, desde que tal uso não lhe atinja a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, e não tenha se destinado a fins comerciais.
- d) Embora o nome de uma pessoa goze de proteção legal, o mesmo não se dá quanto ao pseudônimo utilizado em atividades lícitas.
- e) Apenas o titular do direito de personalidade pode exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, sendo vedado a qualquer outra pessoa levar a efeito tais medidas, ainda que o titular do direito de personalidade já tenha falecido.

18) A respeito da morte presumida, é correto afirmar:

- a) Sem decretação de ausência, não pode ser declarada a morte presumida.
- b) A morte presumida só pode ser declarada após decorridos dois anos da decretação da ausência.
- c) Se a pessoa estava em perigo de vida, a morte presumida pode ser declarada após um ano da decretação da ausência.
- d) Pode ser declarada a morte presumida sem a decretação de ausência.
- e) A morte presumida será declarada no momento da abertura da sucessão definitiva dos bens do ausente.

19) Foi construída, por interpretação teleológica do art. 50 do Código Civil, a teoria da desconsideração inversa da personalidade jurídica. Assinale a assertiva correta a respeito do tema:

- a) A legitimidade para requerer a desconsideração inversa da personalidade jurídica é reconhecida apenas ao próprio sócio que transferiu seu patrimônio para a sociedade com o intuito de frustrar o cumprimento de obrigação própria.
- b) A desconsideração inversa da personalidade jurídica caracteriza-se pelo afastamento da autonomia patrimonial da sociedade, para, contrariamente do que ocorre na desconsideração da personalidade jurídica propriamente dita, atingir o ente coletivo e seu patrimônio social, de modo a responsabilizar a pessoa jurídica por obrigações do sócio.
- c) A jurisprudência dominante, especialmente calcada em recentes precedentes do STJ, não admite a desconsideração inversa, por vislumbrar na hipótese desrespeito à autonomia patrimonial da sociedade.
- d) A desconsideração inversa da personalidade jurídica caracteriza-se pela superação da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, para impor a responsabilidade pessoal dos sócios e/ou administradores por obrigações contraídas pela sociedade.
- e) A desconsideração inversa da personalidade jurídica independe de prova do abuso da personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, bastando que se verifique a condição de sócio do devedor da obrigação para atingir todo o patrimônio social, podendo importar inclusive na dissolução da sociedade.

20) O Código Civil prevê que o possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, e, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levanta-las, quando o puder sem detrimento da coisa (art. 1.219). Assim sendo, marque a opção que descreve uma benfeitoria necessária que gerará direito à indenização para o possuidor de boa-fé de um imóvel residencial:

- a) O conserto do telhado do imóvel.
- b) A construção de uma piscina.
- c) O envidraçamento das varandas do imóvel.
- d) A execução de projeto de paisagismo no jardim da propriedade.
- e) A decoração da sala realizada por arquiteto renomado.

21) Assinale a opção correta a respeito da representação:

- a) Os poderes de representação só podem ser conferidos por ato de vontade do interessado.
- b) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.
- c) É nulo de pleno direito, independentemente da concordância do representado, o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.
- d) O representante não é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, presumindo-se seus poderes pelas circunstâncias do negócio.
- e) O negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado é válido, desde que conhecido o conflito pelo contratante.

22) A respeito dos atos, fatos e negócios jurídicos, marque a opção correta:

- a) Interpretam-se extensivamente os negócios jurídicos benéficos e a renúncia.
- b) O silêncio não importa anuência.
- c) A validade do negócio jurídico requer agente capaz e forma escrita.
- d) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- e) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

23) Em matéria de obrigações, marque a opção errada:

- a) A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.
- b) A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.
- c) Nas obrigações alternativas, se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutável, subsistirá o débito quanto à outra.
- d) Nas obrigações alternativas, considerando-se que, em regra, a escolha cabe ao devedor, este pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- e) Quando a obrigação alternativa for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.

24) Na temática da invalidade do negócio jurídico, é incorreto afirmar que:

- a) É anulável o negócio jurídico por vício resultante de fraude contra credores.
- b) É nulo o negócio jurídico celebrado por pessoa que, mesmo por causa transitória, não puder exprimir sua vontade.
- c) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- d) O prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico é de 5 (cinco) anos.
- e) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

25) Sobre os institutos da lesão e do estado de perigo, assinale a opção incorreta:

- a) É de 4 (quatro) anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado do dia em que se realizou o negócio.
- b) Para que se configure a lesão, é necessário estabelecer uma relação entre a vulnerabilidade do agente lesado, caracterizada pela necessidade ou pela inexperiência, e a desigualdade entre a prestação e a contra-prestação.
- c) De acordo com enunciado do Conselho da Justiça Federal, em atenção ao princípio da conservação dos contratos, a verificação da lesão deverá conduzir, sempre que possível, à revisão judicial do negócio jurídico e não à sua anulação, na forma do art. 157, § 2º do Código Civil.
- d) No estado de perigo, configuram-se como elementos a necessidade de preservação da vida humana, o dolo de aproveitamento, a ameaça física e a assunção de obrigação excessivamente onerosa.
- e) Pode configurar-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar pessoa não pertencente à sua família de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

26) Em relação ao adimplemento e extinção das obrigações, marque a alternativa adequada:

- a) A confusão pode verificar-se a respeito de toda a vítima, ou só de parte dela.
- b) Qualquer terceiro não interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- c) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo não é válido, se provado depois que não era credor.
- d) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- e) Salvo disposição legal em contrário, não tendo sido ajustada época para o pagamento, não pode o credor exigir-lo imediatamente.

27) Sobre o inadimplemento das obrigações, escolha a assertiva correta:

- a) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, excluídos os honorários de advogado.
- b) Não se considera em mora o devedor que efetuar o pagamento em forma diversa que a lei ou a convenção estabelecer.
- c) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde o momento de sua notificação.
- d) Se a inexecução resultar de dolo do devedor, as perdas e danos incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e indireto, sem prejuízo do disposto na lei processual.
- e) De acordo com a jurisprudência do STJ, reconhecida a procedência do pedido em ação civil pública destinada a reparar a lesão a direitos individuais homogêneos, os juros de mora somente são devidos a partir da citação do devedor ocorrida na fase de liquidação de sentença, e não de sua citação inicial na ação coletiva.

28) Quanto ao instituto da prescrição, marque a resposta certa:

- a) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de reparação civil.
- b) Prescreve em 10 (dez) anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- c) A prescrição ocorre em 10 (dez) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- d) Não corre a prescrição contra os relativamente incapazes de que trata o art. 4º do Código Civil.
- e) Não corre a prescrição pendendo condição resolutiva.

29) Em matéria de responsabilidade civil, escolha a alternativa incorreta:

- a) De acordo com a jurisprudência do STJ, a sentença penal absolutória, tanto no caso em que fundamentada na falta de provas para a condenação quanto na hipótese em que ainda não tenha transitado em julgado, não vincula o juízo cível no julgamento de ação civil reparatoria acerca do mesmo fato.
- b) Segundo precedentes do STJ, a reparação civil somente estará prejudicada na hipótese de a sentença penal absolutória fundamentar-se, em definitivo, na inexistência do fato ou na negativa de autoria.
- c) De acordo com o STJ, o estado de necessidade, embora não exclua o dever de indenizar, fundamenta a fixação das indenizações segundo o critério da proporcionalidade.
- d) Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
- e) Não constituem atos ilícitos os praticados em estado de necessidade.

30) A revista Atualidades, com tiragem de 81 mil exemplares e distribuição nacional, publicou uma fotografia de Francisco Sá, apontando-o como o “perigoso *serial killer* de garotas adolescentes”, que praticava seus crimes na periferia de São Gonçalo. Ocorre que Francisco era conhecido político na cidade metropolitana, tendo sido a fotografia trocada na redação por engano dos jornalistas, que queriam incluí-lo na coluna policial do jornal. Em ação indenizatória ajuizada por Francisco, o periódico responsável pela publicação argumentou não ter havido dano à imagem do autor, já que, por ser ele figura conhecida na cidade, todos sabiam tratar-se de mero equívoco.

Considerando as circunstâncias fáticas relatadas no exemplo, escolha a alternativa que não constitui critério considerado pelo Superior Tribunal de Justiça para resolução de conflitos desta natureza:

- a) Autorização da pessoa retratada para uso de sua imagem.
- b) Interesse público dos fatos divulgados.
- c) Veracidade da informação, considerada a diligência na verificação da informação e a oitiva das partes interessadas.
- d) Meio de obtenção não clandestino da informação.
- e) A condenação ao pagamento de indenização deverá observar os limites da Lei de Imprensa – Lei nº 5.250/1967.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Tício, servidor do Estado do Rio de Janeiro aposentado em 09/02/1995, recebe proventos referentes ao cargo de professor desde a sua passagem para a inatividade. Inconformado com o atual valor de sua aposentadoria, alegadamente em defasagem à luz do que percebem os servidores de igual cargo na ativa, Tício ajuíza demanda pelo procedimento comum ordinário em face da Administração Pública Estadual, com pedido de condenação à revisão do benefício previdenciário e pagamento de atrasados. Levando em conta que Tício não formulou qualquer requerimento administrativo prévio, é possível sustentar na peça de defesa judicial do ente público que:

- a) o processo deve ser extinto sem exame do mérito, considerando que o autor não detém legitimidade ativa, reservada à entidade de classe que representa os interesses da categoria;
- b) o processo deve ser extinto sem exame do mérito, considerando a falta de interesse de agir por inexistir resistência à pretensão do autor;
- c) o processo deve ser extinto sem exame do mérito, considerando que o pedido se revela juridicamente impossível à luz do princípio da Separação de Poderes;
- d) o pedido deve ser julgado improcedente, considerando que o juiz não pode controlar o mérito do ato administrativo;
- e) o pedido deve ser julgado improcedente, considerando a falta de direito líquido e certo.

32) Acerca do procedimento no Código de Processo Civil de 1973, assinale a alternativa incorreta:

- a) o procedimento comum é ordinário ou sumário;
- b) o procedimento especial e o procedimento sumário regem-se pelas disposições que lhes são próprias, aplicando-se-lhes, subsidiariamente, as disposições gerais do procedimento ordinário;
- c) aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário do CPC/73 ou de lei especial;
- d) o procedimento comum ordinário, como regra, se desenvolve predominantemente pelas fases postulatória, saneadora, instrutória e decisória;
- e) no procedimento comum ordinário, é vedada a produção de prova pericial de alta complexidade, considerando a garantia da duração razoável do processo.

33) A EC 45/04 introduziu, no ordenamento brasileiro, o requisito da repercussão geral para a admissibilidade do recurso extraordinário, objeto de disciplina no Código de Processo Civil com o advento da Lei nº 11.418/06. A respeito deste instituto, é correto afirmar que:

- a) o reconhecimento da existência de repercussão geral em um recurso extraordinário depende de votação unânime no Plenário do Supremo Tribunal Federal;
- b) não há autorização legal para a participação de amicus curiae no julgamento de recurso extraordinário para a análise de repercussão geral;
- c) o exame quanto à existência de repercussão geral no tema do recurso extraordinário cabe tanto ao Tribunal a quo como ao Supremo Tribunal Federal;
- d) para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa;
- e) a decisão do Supremo Tribunal Federal que rejeita a existência de repercussão geral é passível de impugnação pelo recurso de embargos de divergência.

34) O prazo para a Fazenda Pública apresentar reconvenção, no procedimento comum ordinário, é de:

- a) 5 dias;
- b) 10 dias;
- c) 15 dias;
- d) 30 dias;
- e) 60 dias.

35) Segundo o art. 5º do Código de Processo Civil/1973, se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença. O instituto disciplinado no referido dispositivo é denominado, pela doutrina, de:

- a) ação declaratória incidental;
- b) ação declaratória de constitucionalidade;
- c) incidente de declaração de inconstitucionalidade;
- d) ação direta interventiva;
- e) denúncia da lide.

36) Acerca da competência no Código de Processo Civil de 1973, assinale a alternativa incorreta:

- a) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, este será demandado no seu último domicílio conhecido;
- b) Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor;
- c) É competente a autoridade judiciária brasileira quando o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;
- d) É competente o foro do domicílio ou da residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos;
- e) É competente o foro do lugar onde exerce a sua atividade principal, para a ação em que for ré a sociedade, que carece de personalidade jurídica.

37) O inciso XXXVII do Artigo 5º da Constituição da República afirma que “não haverá juízo ou tribunal de exceção”. Assinale a alternativa que enuncia o princípio do direito processual que melhor se relaciona com o referido comando constitucional:

- a) anterioridade;
- b) legalidade;
- c) juiz natural;
- d) devido processo legal substantivo;
- e) coisa julgada.

38) No procedimento comum ordinário é admissível o chamamento ao processo:

- a) do proprietário ou possuidor indireto quando o réu, citado em nome próprio, exercer a posse direta da coisa demandada;
- b) daquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda;
- c) de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum;
- d) do litisconsorte ativo necessário;
- e) quando terceiro pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu.

39) Não fazem coisa julgada:

I. os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.

II. a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

III. a resolução da questão prejudicial, mesmo quando requerida pela parte e sendo o juiz competente em razão da matéria e constituindo a questão pressuposto necessário para o julgamento da lide.

Analise as assertivas acima e assinale a alternativa correta:

- a) Todas as afirmativas estão corretas;
- b) Somente a afirmativa I está correta;
- c) As afirmativas I e III estão incorretas;
- d) As afirmativas I e II estão corretas;
- e) Todas as afirmativas estão incorretas.

40) Assinale a alternativa incorreta no que diz respeito ao instituto da Súmula Vinculante:

- a) A Súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica;
- b) O STF somente pode editar Súmula Vinculante quando provocado;
- c) Do ato administrativo que aplica Súmula Vinculante de maneira indevida cabe reclamação ao STF;
- d) A aprovação de Súmula Vinculante exige quórum especial, de dois terços dos membros do STF;
- e) Podem propor a revisão da Súmula Vinculante os mesmos legitimados à proposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Falso dilema:

Tem o indivíduo o monopólio sobre a narrativa da sua trajetória de vida?

Gustavo Binenbojm

O debate que se instaurou no Brasil sobre a possibilidade de publicação de obras biográficas sem o consentimento dos personagens biografados tem sido pautado por uma falsa dicotomia entre liberdade de expressão e direito à privacidade. Não é disso que se trata. A questão é mais singela do que um suposto dilema filosófico entre a livre circulação de ideias e informações e a soberania do indivíduo sobre sua vida privada.

O problema em discussão é o seguinte: tem o indivíduo o monopólio sobre a narrativa da sua trajetória de vida? Ao exigir a prévia autorização do biografado (ou de seus herdeiros) para a divulgação de escritos a seu respeito, o art. 20 do Código Civil responde que sim. Note-se que não se está aqui a cogitar do conteúdo da obra; a autorização pode ou não ser concedida ao inteiro alvedrio do personagem retratado, sem relação necessária com a proteção de sua intimidade. Cuida-se apenas do agrado ou desagrado do protagonista dos fatos com a versão do biógrafo.

Embora editado já na plena vigência da Constituição democrática de 1988, o Código Civil (que é uma lei ordinária) criou um monopólio das autobiografias no país. Salvo com o beneplácito, quase sempre oneroso e parcial do biografado, as heterobiografias são um gênero virtualmente banido entre nós. Além das cifras vultosas negociadas muitas vezes por puro interesse argentário, a lei em vigor gera ao menos dois outros efeitos nocivos ao chamado livre mercado de ideias: (I) um efeito silenciador, que condena anos e anos de pesquisas sérias e responsáveis dos autores aos escaninhos das editoras; (II) um efeito distorsivo, resultante da filtragem de documentos e depoimentos pelo crivo do biógrafo.

Surge então o argumento da preservação da vida privada dos biografados. Trata-se de um falso argumento. Ninguém está a defender a prática de atos ilícitos por parte de pesquisadores, historiadores ou escritores. Não se cogita da subtração de documentos reservados, da invasão de computadores que contenham dados sigilosos, da violação de comunicação privada, nem do ingresso em recintos domiciliares, que representam o asilo inviolável do indivíduo. O trabalho de pesquisa histórica se realiza no limite da legalidade, pelo resgate de depoimentos esquecidos, por entrevistas com pessoas envolvidas nos fatos em apuração, pela busca lícita de documentos em arquivos públicos ou privados.

Um jurista português me disse certa vez, com aquele raciocínio literal e cortante que é próprio da cultura lusitana: “O anonimato é para os anônimos!” O raciocínio inverso, no entanto, não pode ser levado ao extremo. É claro que pessoas públicas não têm a sua esfera de privacidade e intimidade reduzida a zero. Como todos nós, elas tomam decisões soberanas sobre as informações de sua vida privada que desejam

tornar públicas ou manter sob reserva. Mas, como todos nós, elas não detêm controle absoluto sobre as informações que possam ser legalmente apuradas ou voluntariamente reveladas pelos seus detentores.

A vida de figuras públicas é parte integrante da historiografia social. Contá-la é um direito de todos, independentemente de censura ou licença, como assegura a Constituição. Conhecê-la é uma forma de controle social sobre o poder e a influência que tais figuras exercem sobre todos os cidadãos. O mecanismo da autorização prévia, forma velada de censura privada, é simplesmente inconstitucional.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/opiniao/falso-dilema-10486444#ixzz3DbFh2Bjk>, acesso em 17.09.2014

41) Com base na leitura do texto, analise as afirmativas a seguir.

I. A Constituição garante a prévia autorização do biografado em relação a sua história de vida. No entanto, o articulista proclama que há um mecanismo inconstitucional, já que a vida de uma figura pública é parte da historiografia social.

II. O articulista defende fundamentalmente a ideia de que a autorização prévia do biografado, prevista por lei, preserva a vida privada das figuras públicas.

III. As editoras e o livre mercado das ideias acabam por se beneficiar com a discussão entre biografados e biógrafos.

Assinale:

- a) Se todas as afirmativas estiverem corretas;
- b) Se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas;
- c) Se apenas a afirmativa I estiver correta;
- d) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas;
- e) Se apenas a afirmativa II estiver correta.

42) No processo argumentativo, a citação de um jurista português “O anonimato é para os anônimos!” tem como intenção:

- a) refutar a posição do autor do texto .
- b) retificar as ideias do autor do texto diante dos argumentos apresentados.
- c) estimular o uso da verbosidade da linguagem forense.
- d) expandir o raciocínio da discussão com citação de valor ilustrativo.
- e) pressupor que o raciocínio do jurista português possui divergências com o encaminhamento argumentativo.

43) A função de linguagem predominante no texto lido é:

- a) Referencial.
- b) Poética.
- c) Metalinguística.
- d) Fática.
- e) Conativa.

44) Dentre os períodos transcritos do texto, um é composto por coordenação e contém uma oração coordenada sindética adversativa. Assinale a alternativa correspondente a esse período:

- a) ...tem sido pautado por uma falsa dicotomia entre liberdade de expressão e direito à privacidade.
- b) Cuida-se apenas do agrado ou desagrado do protagonista dos fatos com a versão do biógrafo.
- c) Além das cifras vultosas negociadas muitas vezes por puro interesse argenteo, a lei em vigor gera ao menos dois outros efeitos nocivos ao chamado livre mercado de ideias.
- d) Surge então o argumento da preservação da vida privada dos biografados. Trata-se de um falso argumento.
- e) Mas, como todos nós, elas não detêm controle absoluto sobre as informações que possam ser legalmente apuradas ou voluntariamente reveladas pelos seus detentores.

45) O conectivo “Embora” que introduz o parágrafo “Embora editado já na plena vigência da Constituição democrática de 1988, (...)”, sem que haja alteração semântica, pode ser substituído por :

- a) Porém
- b) Desde que
- c) Como
- d) Apesar de
- e) A fim de

46) É claro que pessoas públicas não têm a sua esfera de privacidade e intimidade reduzida a zero. Como todos nós, elas tomam decisões soberanas sobre as informações de sua vida privada que desejam tornar públicas ou manter sob reserva.

No trecho acima, as ocorrências da palavra QUE classificam-se, respectivamente, como:

- a) pronome relativo e preposição
- b) conjunção integrante e pronome relativo
- c) pronome relativo e conjunção integrante
- d) conjunção integrante e conjunção integrante
- e) preposição e pronome relativo

47) A partícula -se em destaque no trecho: “Note-se que não se está aqui a cogitar do conteúdo da obra; ...”, recebe a classificação gramatical de:

- a) pronome reflexivo
- b) pronome pessoal reto
- c) pronome demonstrativo
- d) pronome apassivador
- e) índice de indeterminação do sujeito

48) Ninguém está a defender a prática de atos ilícitos por parte de pesquisadores, historiadores ou escritores.

A sílaba tônica de NINGUÉM está na mesma posição que a da palavra:

- a) arquétipo
- b) tecem
- c) ínterim
- d) escrevem
- e) ruim

49) O debate que se instaurou no Brasil sobre a possibilidade de publicação de obras biográficas sem o consentimento dos personagens biografados tem sido pautado por uma falsa dicotomia entre liberdade de expressão e direito à privacidade.

Empregou-se corretamente, no trecho acima, o acento grave para indicar o fenômeno da crase.

Assinale a alternativa em que o acento grave tenha sido empregado corretamente:

- a) A alusão feita àquilo tornou a discussão tensa.
- b) Esta reunião vai das 14h as 17h.
- c) Finalmente o biografado ficou face à face com a imprensa ao discutir sobre obras biográficas.
- d) Os jornalistas somente puderam deixar o local do debate à partir das 15h.
- e) Referiu-se à essa obra biográfica com ironia.

50) O texto – por ter um encaminhamento jurídico – utiliza termos específicos do campo semântico dessa área. Se quiséssemos torná-lo mais abrangente e acessível para um público maior, deveríamos substituir ou explicar alguns vocábulos selecionados pelo autor.

Assinale a resposta que substitui ou explica corretamente os termos destacados no texto original:

“Embora editado já na plena vigência da Constituição democrática de 1988, o Código Civil (que é uma lei ordinária) criou um monopólio das autobiografias no país. Salvo com o BENEPLÁCITO, quase sempre oneroso e parcial do biografado, as heterobiografias são um gênero virtualmente banido entre quase sempre oneroso e parcial do biografado, as heterobiografias são um gênero virtualmente banido entre nós. Quase sempre oneroso e par Além das cifras VULTOSAS negociadas muitas vezes por puro interesse ARGENTÁRIO, a lei em vigor gera ao menos dois outros efeitos nocivos ao chamado livre mercado de ideias.”

a) Embora editado já na plena vigência da Constituição democrática de 1988, o Código Civil (que é uma lei ordinária) criou um monopólio das autobiografias no país. Salvo com a desaprovação, quase sempre onerosa e parcial do biografado, as heterobiografias são um gênero virtualmente banido entre nós. Além das cifras volumosas negociadas muitas vezes por puro interesse incomum, a lei em vigor gera ao menos dois outros efeitos nocivos ao chamado livre mercado de ideias.

b) Embora editado já na plena vigência da Constituição democrática de 1988, o Código Civil (que é uma lei ordinária) criou um monopólio das autobiografias no país. Salvo com o acréscimo de bens, quase sempre oneroso e parcial do biografado, as heterobiografias são um gênero virtualmente banido entre nós. Além das cifras irrisórias negociadas muitas vezes por puro interesse de arrecadação fiscal, a lei em vigor gera ao menos dois outros efeitos nocivos ao chamado livre mercado de ideias.

c) Embora editado já na plena vigência da Constituição democrática de 1988, o Código Civil (que é uma lei ordinária) criou um monopólio das autobiografias no país. Salvo com o aval, quase sempre oneroso e parcial do biografado, as heterobiografias são um gênero virtualmente banido entre nós. Além das cifras altíssimas negociadas muitas vezes por puro interesse da mídia, a lei em vigor gera ao menos dois outros efeitos nocivos ao chamado livre mercado de ideias.

d) Embora editado já na plena vigência da Constituição democrática de 1988, o Código Civil (que é uma lei ordinária) criou um monopólio das autobiografias no país. Salvo com a autorização, quase sempre onerosa e parcial do biografado, as heterobiografias são um gênero virtualmente banido entre nós. Além das cifras volumosas negociadas muitas vezes por puro interesse financeiro, a lei em vigor gera ao menos dois outros efeitos nocivos ao chamado livre mercado de ideias.

e) Embora editado já na plena vigência da Constituição democrática de 1988, o Código Civil (que é uma lei ordinária) criou um monopólio das autobiografias no país. Salvo com o benefício, quase sempre oneroso e parcial do biografado, as heterobiografias são um gênero virtualmente banido entre nós. Além das cifras insuficientes negociadas muitas vezes por puro interesse político, a lei em vigor gera ao menos dois outros efeitos nocivos ao chamado livre mercado de ideias.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

EDITAL

**32º. EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA
FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art.16 do Regulamento do 32º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1) B
- 2) D
- 3) C
- 4) A
- 5) E
- 6) E
- 7) B
- 8) E
- 9) B
- 10) E
- 11) E
- 12) B
- 13) E
- 14) C
- 15) A

DIREITO CIVIL:

- 16) D
- 17) C
- 18) D
- 19) B
- 20) A
- 21) B
- 22) E
- 23) D
- 24) D
- 25) D
- 26) ANULADA
- 27) E
- 28) C
- 29) E
- 30) E

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 31) ANULADA
- 32) E
- 33) D
- 34) E
- 35) A
- 36) A
- 37) C
- 38) C
- 39) D
- 40) B

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

- 41) C
- 42) D
- 43) A
- 44) E
- 45) D
- 46) B
- 47) D
- 48) E
- 49) A
- 50) D

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2014.

JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS DOS REIS
Procurador-Chefe em exercício no CEJUR